

O mediador de leituras na Penitenciária Estadual de Maringá

Daniela Carla de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. e-mail: dcarla_oliveira@hotmail.com

RESUMO. Pretendemos, neste artigo, apresentar os resultados parciais da pesquisa que estamos desenvolvendo na Penitenciária Estadual do Município de Maringá, PR, na qual objetivamos analisar o papel do mediador - bibliotecário - interno apenado no acesso à leitura. Para tanto, realizamos uma entrevista com o sujeito de nossa pesquisa, centrada em dois tipos de questionamento, a saber: 1) questões referentes à história de leitura do interno - bibliotecário; e 2) questões referentes ao funcionamento/organização da biblioteca. Além disso, promovemos um levantamento da história da instituição, investigando tanto os aspectos relativos ao funcionamento da mesma bem como do funcionamento da escola que aí se encontra. Utilizamos como referencial teórico autores como Michel Foucault, Michelle Perrot, Michèle Petit e Erving Goffman. As análises realizadas até o momento indicam: a) estratégias do bibliotecário - interno - para exercer o papel de mediador; b) estratégias de formação do acervo.

Palavras-chave: leitura, mediador, prisão, biblioteca.

ABSTRACT. Reading mediator in Maringá prison. We intended to present in this article the partial results of the research that has been developed in Maringá State Prison. The aim was to analyze the mediator's role - the librarian - one intern who has access to reading. An interview with the subject of our research was carried out. Two types of questionings were made: 1) subjects regarding the history of the intern's reading - librarian; and 2) subjects regarding the relationship/organization of the library inside the institution. Besides, aspects related to the institution operation as well as the operation of its school were investigated. The theoretical supporting authors were: Michel Foucault; Michelle Perrot, Michèle Petit and Erving Goffman. The analyses indicate so far: a) the librarian's strategies to exercise the mediator's role b) strategies to form the collection.

Key words: reading, mediator, prison, library.

Introdução

A leitura é um tema muito explorado no meio acadêmico e também fora deste, e já ficou mais do que provada a sua importância e valor. No entanto, muitas vezes, nos esquecemos de considerar os meios e os sujeitos que a promovem: escola, professores, editoras, televisão, entre tantos outros. Foi, pensando neste aspecto, em especial, que surgiu a necessidade de realizar um trabalho que demonstrasse a importância do mediador de leituras - o bibliotecário.

É importante assinalar que o bibliotecário de nossa pesquisa é um sujeito especial: encontra-se, no momento, recluso em uma instituição governamental - a Penitenciária Estadual de Maringá, Estado do Paraná.

Objetivamos, com o presente trabalho, analisar o papel do mediador, bibliotecário, em relação ao acesso à leitura no ambiente de reclusão. Para tanto, realizamos uma "entrevista" com o sujeito, centrada em duas linhas, a saber: 1) questões referentes à história de leitura do interno bibliotecário; 2) questões

referentes ao funcionamento/organização da biblioteca.

Além disso, promovemos um levantamento da história da instituição, investigando tanto os aspectos relativos ao funcionamento da mesma, bem como do funcionamento da escola que ali se encontra estabelecida.

Baseamo-nos em Michel Foucault, *Vigiar e Punir* (2002); Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos* (1974); Michelle Perrot, *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* (1994) e Michèle Petit, *El papel de los mediadores* (1999). O leitor deve estar se perguntando o porquê de uma literatura tão diferenciada. A busca por uma literatura que permita a interdisciplinaridade faz parte de nossa pesquisa, por isso, buscamos apoio na Filosofia, na Psicologia Social, na História e na Antropologia, respectivamente.

Goffman (1974), Perrot (1994) e Foucault (2002) contribuíram no sentido de nos oferecer um panorama acerca da instituição "total", definido por Goffman

(1974) como um local de residência e trabalho, no qual um número considerável de indivíduos com situação semelhante são retirados do convívio com a sociedade mais ampla e, por determinado período de tempo, permanecem reclusos levando uma vida fechada e formalmente administrada. Incluem-se conventos, manicômios e prisões, entre outros.

O que há de comum entre estas instituições? Vários são os pontos comuns, sobretudo, nos objetivos que atualmente pretendem “(re)educar”, “(re)socializar” o ser humano e, para isso, utilizam-se de estratégias, como punir, vigiar, presentear, entre outras.

Petit (1999), por sua vez, oferece-nos um estudo a respeito do papel dos mediadores de leitura.

O presente artigo encontra-se dividido em três tópicos: um breve estudo de caráter histórico acerca das instituições penais, ao qual soma-se a apresentação do local - a penitenciária e, por fim, a análise.

A prisão

O sistema carcerário existe de longa data e, aos poucos, a concepção de prisão e de pena foi modificando-se. Passou-se do suplício do corpo - forma de vingança - para a punição. Isso ocorre, segundo Foucault (2002), por volta da segunda metade do século XVIII, período repleto de protestos contra as penas de suplício do corpo que, rapidamente, tornaram-se intoleráveis. “Revoltante, visto da perspectiva do povo, onde ele [o suplício] revela a tirania, o excesso, a sede de vingança e o cruel prazer de punir” [do soberano] (Foucault, 2002, p. 63).

É a partir desse momento que a sociedade começa a criticar e condenar esse “espetáculo” - pelo aspecto cruel que apresentava, como assevera Foucault “É preciso que a justiça criminal puna em vez de se vingar” (Foucault, 2002, p. 63).

O modo de castigar deixou de ser vingança e tornou-se punição. Juntamente com esse novo conceito, nasce a idéia de justiça, com penas individualizadas, mais leves, exatidão do crime para punir adequadamente o infrator, entre outras atitudes. Por longos anos, a punição fora considerada uma prática “ideal”, até que uma nova concepção: a pena de reclusão para educar.

Esse modelo necessitava de uma, vamos dizer, “pedagogia” capaz de educar: um sistema disciplinar, com mecanismos como o “exame” do corpo.

Para a concretização desse novo modo de punir utilizando-se da disciplina, era preciso um local adequado, onde um corpo de dirigentes - carcereiros - e demais funcionários poderiam disciplinar os corpos - homens - que ali estivessem reclusos. O encarceramento dos corpos era necessário para poder

domesticá-los novamente, uma vez que, ao cometerem qualquer delito, saíam do enquadramento que a sociedade impunha, e ao domesticá-los, seriam, hipoteticamente, (re)enquadrados no modelo almejado por ela. Além disso, a domesticação seria um meio de colocá-los outra vez à disposição da sociedade como seres capazes de produzir riquezas.

Perrot (1994) afirma a respeito:

A ampliação da prisão é correlata, visto que o encarceramento funda a organização penitenciária contemporânea. O Antigo Regime certamente conheceu os cárceres, mas antes depósitos, despejos, locais de passagem do que de permanência e penitência, parênteses para outras penas ou outros lugares: o encarceramento não constituía a pedra angular da repressão. ‘Inventando a liberdade’ (Starobinski), a Revolução simultaneamente gera seu contrário. Fazendo da pena privada da liberdade o ponto de sustentação do sistema penal, ela tece as primeiras malhas dessa imensa rede - casa de justiça, de detenção, de correção, centrais, departamentais... - que aos poucos iria recobrir todo o país. História dramática e profundamente contraditória. Feita para punir, mas também para reintegrar os delinquentes à sociedade, ‘corrigir os costumes dos detentos, a fim de que seu retorno à liberdade não seja uma desgraça nem para a sociedade, nem para eles mesmos’, a prisão acaba por excluí-los. (p. 236)

Fazemos aqui duas observações. A primeira é que essa nova forma de punição gera positividade, isto é, gera conhecimento, saber, de acordo com as palavras de Foucault, em *Microfísica do poder* (1999). A partir do momento em que se decide encarcerar seres humanos e o objetivo é reeducá-los, pergunta-se: como fazer isso da melhor maneira? É inevitável pensar, inicialmente, em uma arquitetura que permita um controle total de todos e de tudo e, em seguida, treinar pessoas para agir como vigias, entre outras táticas.

A segunda observação refere-se ao fato de que a prisão tem a meta de reintegrar o indivíduo à sociedade, entretanto, a meta não tem sido alcançada, uma vez que ao sair do estado de reclusão e se encontra fora dos portões da instituição, o detento sente não a (re)integração, mas a exclusão, como declara Perrot (1994), ao tratar do panoptismo:

Entre 1780 e 1820, elabora-se um novo modelo de prisão, do qual o Panóptico de Bentham [construção em anel, com uma torre no centro, repleta de janelas que se abrem para a face interna do anel. Esta construção é dividida em celas, nas quais também há janelas - duas - uma voltada para a torre e a outra voltada para o exterior, permitindo a entrada de luz na cela. O Panóptico] [...] oferece uma das expressões mais perfeitas [do sistema carcerário]. Convertida no centro irradiador do sistema penitenciário, na própria medida em que a pena privadora da liberdade constitui o essencial, a prisão

assume uma tripla função: punir, defender a sociedade isolando o malfeitor para evitar o contágio do mal e inspirando o temor ao seu destino, corrigir o culpado para reintegrá-lo à sociedade, no nível social que lhe é próprio. Como, sob quais influências - religiosas, econômicas - estabeleceu-se esse protótipo das instituições totalitárias (Perrot, 1994, p. 262).

Dessa forma, ainda nas palavras de Perrot (1994), aparentemente:

O sistema penitenciário parece então ter se desviado profundamente de suas intenções iniciais. Longe de reintegrar, ele expulsa, evacua, suprime os irrecuperáveis. Mas ao mesmo tempo revela talvez sua finalidade oculta e verdadeira: defender a sociedade industrial burguesa fundada sobre a propriedade e o trabalho. A prisão é a ilusória válvula de segurança dessa sociedade (Perrot, 1994, p. 266).

A partir dessa visão parcial da instituição penal, vamos, neste momento, deter-nos em alguns dos mecanismos que possibilitam a “(re)educação” do corpo. De acordo com Goffman (1974):

O aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam [...] três esferas da vida [dormir, trabalhar e brincar em locais distintos]. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, um tempo predeterminado, à seguinte, e toda a seqüência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais e explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (Goffman, 1974, p. 17-18).

Como é possível observar, o primeiro passo dado em direção à iniciação da (re)educação foi tirar o indivíduo de circulação e colocá-lo sob uma rígida disciplina de horários, para a educação do corpo - hora de acordar, comer, dormir, estudar, trabalhar. Já, o segundo passo, foi “despir” o interno de sua identidade, dando-lhe um número - descaracterizando-o como homem pela perda do nome. Isto significa que, no momento de admissão na instituição “total”, o indivíduo é privado dos “apetrechos” com os quais se mantinha, restringindo-lhes, assim, o número de pertences.

Além da limitação do direito de ir e vir e da perda de identidade, o detento pode vir a perder, permanentemente, outros direitos:

Embora alguns dos papéis possam ser restabelecidos pelo internado, se e quando ele voltar para o mundo, é claro que outras perdas são irrecuperáveis e podem ser dolorosamente sentidas como tais. Pode não ser possível recuperar, em fase posterior do ciclo vital, o tempo não empregado no progresso educacional ou profissional, no namoro, na criação dos filhos. Um aspecto legal dessa perda permanente pode ser encontrado no conceito de ‘morte civil’: os presos podem enfrentar, não apenas uma perda temporária dos direitos de dispor do dinheiro e assinar cheques, [...], e votar, mas ainda podem ter alguns desses direitos permanentemente negados (Goffman, 1974, p. 25).

Há uma série de outros meios utilizados nas instituições carcerárias (que não explicitamos aqui) na tentativa de (re)educar, (re)socializar o indivíduo à sociedade e que, reunidos, levam ao “suicídio do ser” como indivíduo.

A presença dos autores citados, nesta pesquisa, justifica-se pelo tema com o qual trabalham, pois nos auxiliam a compreender os mecanismos que subjazem no interior de instituições “totais”. Dessa maneira, entendendo o seu funcionamento é possível entender melhor as atitudes dos aí encarcerados.

A Penitenciária Estadual de Maringá

A instituição está em atividade desde 1996 e abriga 360 detentos (capacidade máxima permitida), dos quais aproximadamente 200 estudam no Centro de Estudos Supletivos, professora Tomires Moreira de Carvalho, localizado no interior da própria instituição penal. Aos detentos são oferecidos os cursos de Alfabetização, Ensino Fundamental e Médio, seguindo, os dois últimos, o sistema supletivo de ensino da Secretaria de Educação do Estado.

Além da escola, há na penitenciária um local destinado à confecção de materiais de couro - chapéus, bolsas, sapatos -, há também uma fábrica de embalagens plásticas e papel, na qual os internos que aí trabalham recebem em média um salário mínimo com jornada de trabalho de aproximadamente cinco a seis horas diárias.

Aos detentos empregados, a cada três dias de trabalho lhes é comutado um dia na pena; aos que estudam, a cada dezoito horas é compensado um dia na pena. A escola funciona no período das 8h às 16h e, a biblioteca das 8h às 11h e das 14h às 16horas.

O espaço físico destinado à escola é relativamente grande. Não há paredes separando as turmas, isto é, cada professor possui um pequeno local com quadro negro, cadeiras e carteiras compatíveis com o número de alunos matriculados, variando de 15 a 25 alunos por turma. O curso mais freqüentado é o de alfabetização.

O espaço é totalmente aberto. Trabalham aí, concomitantemente, três professoras e, às vezes, até

quatro. Dentro desse espaço, somando-se todas as turmas, há uma média de trinta a quarenta detentos. Apenas um agente penitenciário controla a entrada e a saída do local.

Os únicos espaços dotados de paredes e portas, localizados dentro dessa mesma sala, são duas pequenas salas, uma com determinado número de carteiras e cadeiras, destinada à oferta de cursos como: aplicação de agrotóxicos, casqueamento de bovinos, fruticultura tropical, operador de tratores agrícolas, eletricitista, instalador predial, pedreiro, azulejista, bordados em ponto cruz, restauração de material bibliográfico, entre inúmeros outros. Em 2001, foram ofertados um total de 41 cursos, normalmente, oferecidos por instituições governamentais do próprio município - Senar, Senai, UEM.

A outra sala é destinada à biblioteca, o espaço é reduzido: há três prateleiras e um conjunto de cadeira e mesa pertencentes ao atendente da biblioteca. Não é possível a leitura dentro desse ambiente, por ser restrito e também porque uma possível reunião de detentos em um local limitado dificultaria o trabalho dos agentes penitenciários em vigiá-los.

Há na biblioteca, segundo o atendente, cerca de 1.300 obras que congregam desde textos literários, políticos, filosóficos, de auto-ajuda, de religião, até obras de cunho didático - apostilas, livros didáticos, entre outros temas. Uma grande parcela foi conseguida pelo próprio atendente da biblioteca por meio de doações e correspondências.

O bibliotecário: um mediador de leituras

Para nos apoiar na discussão, tomaremos como base: *El papel de los mediadores*, de Michèle Petit (1999).

Esperamos que tenha ficado mais do que evidente, no presente texto, que o atendente apenado - sujeito de nossa pesquisa - atua no papel de mediador de leituras no interior da penitenciária.

O mediador, quem é? Nas palavras de Petit (1999), o mediador pode ser

un maestro, un bibliotecario, un documentalista, o a veces un librero, [...], un trabajador social o un animador social voluntario, un militante sindical o político, hasta un amigo o alguien con quien se topa uno (Petit, 1999, p. 6).

Qual o papel que deve exercer? Segundo ela,

[...] el iniciador a los libros es aquel o aquella que puede legitimar un deseo de leer no bien afianzado. Aquel o aquella que ayuda a traspasar umbrales, en diferentes momentos del recorrido. Ya sea profesional o voluntario, es también aquel que acompaña al lector en ese momento a menudo tan difícil, la elección del libro. Aquel que brinda una oportunidad de hacer hallazgos, dándole movilidad a

los acervos y ofreciendo consejos eventuales, sin deslizarse hacia una mediación de tipo pedagógico.

[...]

El iniciador es, pues, aquel o aquella que está en una posición clave para hacer que el lector no se quede arrinconado entre algunos títulos, para que tenga acceso a universos de libros diversificados, ampliados (Petit, 1999, p. 14).

Em outras palavras, o mediador é aquele que inicia, incentiva, indica, sugere e, principalmente, deve ser alguém que goste de ler, uma vez que para “[...] transmitir el amor a la lectura, y en particular a la lectura literaria, hay que haberlo experimentado” (Petit, 1999, p. 10).

O mediador, de acordo com a pesquisa de Petit (1999), é alguém crucial na história de vida dos leitores. Para comprovar, a autora cita uma série de exemplos com testemunhos de jovens leitores que tiveram despertado o gosto pela leitura com a ajuda de um bibliotecário, um arquivista, um professor, entre outros.

Refletindo sobre a atuação do sujeito de nossa pesquisa - o bibliotecário -, percebemos que sua contribuição como mediador, em um ambiente restrito como a penitenciária, é igual ou superior à atuação de outros mediadores presentes no local - os professores.

O detento bibliotecário tem acesso livre aos demais companheiros, temporariamente reclusos, que não estudam, seja porque já concluíram os estudos anteriormente, como é o caso do sujeito em destaque, ou porque simplesmente não querem. Mas, mesmo nestas condições, eles também procuram ler. Logo, para estes casos, o bibliotecário é o único mediador, já que estes detentos estão privados da convivência com os funcionários da escola.

De acordo com o material recolhido na entrevista, é possível afirmar que o bibliotecário interno é um leitor assíduo e eclético, lê desde contos e obras de Machado de Assis a autores de cunho filosófico, como: Platão, Maquiavel, Nietzsche, além de se interessar por assuntos de política.

É um indivíduo que gosta de ler. É também alguém preocupado com a leitura de seus companheiros como ficou registrado em nossa entrevista:

¹B: Agora, o indivíduo entra na biblioteca, olha para cima olha para baixo, pega um pega outro, e aí eu sei que ele está na alfabetização, aí ele vai e pega um livro de Schopenhauer, Nietzsche. ... Eu estou sendo nocivo para ele... então a gente se sente naquela vontade de falar para ele assim - ó companheiro, porque você não lê um infante-juvenil, que vai favorecer você até estruturar um texto amanhã?

Esse comportamento é denominado por Petit

¹ Letra “B” - bibliotecário “P” - pesquisadora.

(1999) de “hospitalidade do bibliotecário”, é de suma importância para o cargo, pois pode ajudar e chamar a atenção daqueles indivíduos que se sentem pouco autorizados a ler ou ao partilhar do ambiente, principalmente, quando provêm de uma situação de pobreza, de pouco ou nenhum contato com a leitura e, neste caso, a atuação do mediador poderá, por um lado, aproximá-lo, animá-lo a frequentar a biblioteca ou, por outro lado, expulsá-lo de vez do meio.

Petit (1999) ilustra esse fato com o seguinte exemplo:

El camino de Daoud, ya lo dije, estuvo marcado por sus encuentros con los bibliotecarios, hasta el día de hoy en que, como dice él: ‘en cuanto [los bibliotecarios] ven que estás interesado en el libro, que haces algo interesante, comienzan a interesarse en ti. Quiero decir, es recíproco’. Cito ahora a otro muchacho, Abdallah: ‘Ella conocía mis gustos. Al principio me atraía algo, pero ella sentía que no era mi gusto principal, y yo no lo sabía. Y me aconsejó otros libros. Yo pensé: ‘No tiene nada que ver con lo que quería’, pero de todos modos me gustaba. Y cada vez ella me daba algo diferente, y eso me gustaba siempre...’ (Petit, 1999, p. 10).

De acordo com o exemplo da autora, o mediador exerce fundamental papel na história de leitura de qualquer um, sobretudo, quando auxilia alguém a caminhar tranquilamente na trilha da leitura. É uma vez iniciados nessa trilha, a constante e variada leitura encarregar-se-á do restante. Quanto a isso, Petit (1999) acrescenta:

Hemos visto que la lectura es una experiencia singular. Y que, como cualquier experiencia, implica riesgos para el lector y para quienes lo rodean. El lector se va al desierto, se pone frente a sí mismo; las palabras pueden sacarlo de su casa, despojarlo de sus certidumbres, de sus pertenencias. Pierde algunas plumas, pero eran plumas que alguien le había pegado, que no necesariamente le quedaban. Y a veces le entran ganas de soltar amarrad, de trasladar-se a otro lugar.

[...]

[...] los libros lo alejan del mundo un momento, pero después el lector regresa a un mundo transformado y ampliado. Y pueden sugerirle la idea de tomar parte más activa en su devenir (Petit, 1999, p. 5).

Ao refletir sobre as palavras de Petit (1999), recordamo-nos de uma passagem de Goffman (1974), na qual o psicólogo social apresenta a leitura como “atividade de distração”, ou seja, é o período no qual o interno se vê longe do lugar onde está fazendo-o esquecer-se, momentaneamente, de sua situação local.

Entretanto, no caso da leitura, essa atividade pode, aparentemente, ser realmente uma “atividade de distração”, mas sabemos que ler não é só isso, como apontou Petit (1999) anteriormente. A leitura nos põe

fora do mundo em que vivemos não para nos alienar dele, ao contrário, a leitura nos põe fora do mundo, justamente, para depois nos devolver a ele totalmente modificados.

É dessa concepção de leitura que partilha o atendente da biblioteca de nossa pesquisa. De acordo com suas palavras:

B: [A leitura] muda muito, você viaja por um caminho, você quer que o escritor te conduza e naquela viagem você vê vários mundos, várias opiniões e nem uma delas te força a acreditar, você é que tem que escolher. É uma coisa fantástica... ela te permite... ter um senso crítico, ter uma opinião formada...

Outro aspecto de nossa entrevista que nos chamou a atenção é que, mesmo sendo o bibliotecário uma pessoa popular e dotado de um certo “poder”, há detentos que não aceitam suas sugestões, talvez, por perceberem que o bibliotecário exerce algum tipo de poder, talvez, seja inadmissível. Possivelmente, isto também se explique ao fato de o bibliotecário encontrar-se na mesma situação de preso; dessa forma, a atitude de alguns detentos em não acatar suas sugestões e, ainda, reclamar aos superiores pode caracterizar uma tentativa de embate, de não se submeterem às vontades de outra pessoa ou da instituição.

P: Você procura incentivar a leitura deles, ou não?

B: Eu procuro. Há um tempo atrás eu tive um problema com isso. Tem um interno que procurou um profissional ... e o técnico perguntou para ele: “_ Você estuda? _ Eu não, eu não estudo. _ E você lê? _ Ah! Até que eu leio, mas agora eu parei de ir à biblioteca porque aquele cara que trabalha na biblioteca lá, ele só quer que eu leia aquilo que ele indica.” E aí foi um choque para o profissional, o profissional não tem que acreditar nem em mim nem nele, ele tem que vê qual que é a razão, então, vamos juntar os fatos.

Um dos grandes equívocos dos bibliotecários: é querer impor leituras; mas, aparentemente no relato do bibliotecário interno, não é essa a sua atitude, como ilustrado no exemplo abaixo:

B: Passado [um tempo] o profissional me chamou e perguntou para mim, eu falei: “_ Olha, eu fico até surpreso com isso, porque eu sou uma pessoa que eu procuro, primeiro, na biblioteca eu me vejo na obrigação e no dever de quando vou indicar um livro para uma pessoa, primeiro, vê se ela está em condições de ler. Porque quando a senhora entra numa biblioteca e a senhora tem conhecimento a senhora já sabe que livro a senhora quer ler “_ Aonde é que está a seção de livros de literatura brasileira? Ah! Está ali. Você tem livro tal e tal”. ... o bibliotecário não vai dar opinião porque a senhora já tem opinião formada. Agora, o individuo entra na biblioteca, olha para cima olha para baixo, pega um

pega outro, e aí eu sei que ele está na alfabetização aí ele vai e pega um livro de Shopenhuer, Nietzsche. A senhora acha? Eu estou sendo nocivo para ele... então a gente se sente naquela vontade de falar para ele assim - ó companheiro, porque você não lê um infanto-juvenil, que vai favorecer você até estruturar um texto amanhã... Lê uma leitura mais leve você vai ler e vai entender, ... então, às vezes ele recebe o impacto [...]

O que este detento está questionando é a liberdade de escolha - *libertad, de elección* - que, segundo ele, o bibliotecário não lhe dá. Nesse ponto, é necessário fazer uma ressalva, com as palavras de Petit (1999):

Esto está muy bien: evidentemente no se trata de cuestionar este aspecto, esta libertad del usuario. Pero, en ciertos momentos, es vital ayudar a ciertos usuarios, a ciertos lectores, un vez más, a superar algo. En efecto, cualquier umbral nuevo puede reactivar una relación ambivalente con la novedad. Y estos umbrales son numerosos: para de la sección, a otros registros de lectura, [...], a otros tipos de lectura (Petit, 1999, p. 5).

O bibliotecário continua a narrativa:

B: ... eu tive que explicar para o profissional. Aí o profissional, na época, me falou assim: “_G. eu vou te dar uma dica, quando acontecer essas coisas... e você quiser ajudar ele a que amanhã seja um bom leitor você desce e conversa com a professora dele”: aí, eu comecei a fazer isso e, melhorou muito.

Quando um detento não aceita a sugestão de leitura feita pelo atendente, este recorre a uma artimanha que Goffman (1974) chamaria de “truques do ofício”, não somente do ofício de bibliotecário, mas também o de interno. O que ele faz? Recorre ao professor do detento em questão para informar-lhe sobre o que está acontecendo e, por meio deste indicar a leitura mais adequada, segundo o bibliotecário, ao detento. Na verdade, ele acaba de uma forma ou de outra, “interferindo” na escolha das leituras dos companheiros de cárcere, intromissão valiosa e, às vezes, necessária.

Ele prossegue:

B: Então, em alguns casos eu converso com a professora - tem um interno estudando com a senhora, aí ele está sempre pegando livro de... de Nietzsche, de filosofia. Ele pega o livro cedo e traz à tarde. Eu não acho interessante assim, o bom é que ele entenda... fale das impressões dele,... Aí o professor vai e conversa com ele: “_ Olha vai lá na biblioteca e pega tal livro com o G..” E eles vão lá e fazem isso, a senhora vê que o trabalho em conjunto... pode ajudar.

Nessas poucas palavras, o sujeito entrevistado diz que para a manutenção da leitura é necessário um trabalho conjunto entre professores, bibliotecários e sociedade, todavia, essa interação nem sempre

acontece. O primeiro - o professor - porque, às vezes, não tem tempo para ir à biblioteca e; o segundo, porque não valoriza a própria profissão. Em parte, a culpa é da própria instituição escolar que, na grande maioria dos casos, coloca uma pessoa totalmente desqualificada para trabalhar na função. Desse modo, fica evidente que a função do bibliotecário não será a de incentivar leituras, mas antes de desmotivá-las. Neste espaço, gostaríamos de relatar rapidamente uma experiência própria.

Na escola onde concluímos nossos estudos fundamental e médio, havia uma pequena biblioteca, na qual trabalhavam duas atendentes uma, muito atenciosa e prestativa, a outra, pessoa de poucos amigos, sempre de mau humor. O receio do encontro com essa funcionária era tanto que as crianças da escola e da comunidade evitavam - inclusive nós - ir à biblioteca quando sabíamos que ela estaria lá e, quando era inevitável estar no mesmo recinto que ela, o medo de tirar algo do lugar, de pedir-lhe alguma ajuda ou informação era enorme, na maioria das vezes, nos dirigíamos à outra atendente bibliotecária ou íamos à biblioteca municipal.

Utilizamos-nos desse exemplo apenas para mostrar o risco que a instituição escolar corre ao “empurrar” para o cargo um profissional desqualificado ou pouco preparado. No caso da penitenciária de Maringá, esse é um cuidado que a unidade procura ter.

O cargo de atendente de biblioteca não é conferido a qualquer pessoa. Para exercê-lo o detento deve atender a alguns requisitos básicos: ter concluído os estudos, gostar de ler e ser alguém de confiança da unidade.

B: A segurança aqui da PEM mesma não vê o G. como aquele cara subversivo, aquele cara que conduz o raciocínio que pode aglomerar porque eu já demonstrei...

De acordo com Petit (1999), a interação é imprescindível para a aquisição da leitura, pois:

Por más comprometidos, por más imaginativos que sean los bibliotecarios o los maestros, no son omnipotentes y sus tentativas pueden estrellarse contra a realidad en ciertos contextos. Solos, la mayor parte del tiempo, no pueden hacer gran cosa: de hecho, si su acción encuentra lugar y eficacia, es siempre dentro de una configuración. Pero no se trata únicamente del trabajo de coordinación que asocia la biblioteca con la escuela, con los servicios sociales, los servicios jurídicos, trabajo de coordinación que por lo general sólo se emprende de manera tibia. Es toa la cuestión de un proyecto de ciudad y de sociedad lo que se plantea desde el principio. Si queremos que los bibliotecarios, o los maestros, o los trabajadores sociales no se reduzcan a animar guetos y a enfrentar-se cada vez más a las situaciones de violencia que también forman parte de su destino (Petit, 1999, p. 18).

Se há, como assinalamos, detentos que se recusam a receber qualquer sugestão do bibliotecário; há, em contrapartida, internos que acatam e, ainda, recorrem ao atendente sempre que podem, até mesmo para sugerir, criticar e cobrar por novas obras.

Quando questionamos ao bibliotecário se havia intercâmbio na experiência de leitura, isto é, se os internos conversam entre si, se trocavam informações a respeito das obras lidas, ele respondeu que sim, há um grande movimento de interação entre os internos, mas que ele, especialmente, evita alguns assuntos. B:

Mas, entre meus companheiros, eu me limito muito a alguns assuntos, até assuntos que eles não estão preparados para ouvir, tem uns que às vezes acha que eu estou incentivando eles a tomar uma atitude errada...

Para Petit (1999), essa atitude é pertinente ao bibliotecário:

Cabe señalar, e paso, que para un bibliotecário es muy sutil tener siempre en mente un doble aspecto: por un lado la importancia de compartir, de conversar acerca de los libros; por el otro la importancia del secreto, de la dimensión transgresora de la lectura (Petit, 1999, p. 13).

Outro ponto importante a assinalar é o que podemos chamar de “subgoverno”, ou seja, um governo paralelo, um governo abaixo do governo geral da instituição. De certa forma, o atendente governa, além dos objetos que compõem a biblioteca, a leitura de quase toda a penitenciária. Governa, controla e vigia a leitura tanto de detentos quanto de funcionários da instituição, que a exemplo dos primeiros, possuem carteirinha, permitindo-lhes a retirada de qualquer material de leitura, exceto revistas, com prazo de sete dias e ao término desses é possível a renovação.

B: Os funcionários, geralmente, requisitam obras didáticas. Tem alguns prestando concurso - vestibular... Então, geralmente a leitura deles está concentrada nesse gênero [didático] exceto alguns deles que... pega um romance, pega uma biografia... para ler à noite, trabalhando para passar o tempo...

A maior dificuldade encontrada pelo atendente é adquirir novas obras. A renovação do acervo da biblioteca depende, na maioria dos casos, de doações. Doações essas, como pudemos observar, que não sofrem qualquer tipo de censura pelos funcionários da penitenciária, pois segundo argumentam, não há pessoal qualificado e nem disponível para tal trabalho e porque as obras que entram na instituição já passam, de uma certa forma, por uma censura da própria sociedade. As obras enviadas são, geralmente, literárias e de cunho didático.

Então perguntamos:

P: De quanto em quanto tempo vocês recebem livros?

B: Olha a última doação que a gente recebeu foi da... Edições Paulinas... uma senhora... que eu tive o prazer de conhecer... eu escrevi, depois de seis meses ela me respondeu a carta e mandou... uns 50 a 60 livros para nós... linha evangélica... religiosa.

No trecho citado evidencia-se um outro meio que o bibliotecário utiliza para a aquisição de novos livros e também de informações - correspondência. Mas, segundo ele, na era da Internet, poucas são as pessoas que escrevem, assim:

B: “você manda dez cartas e tem a resposta de uma”, mesmo obtendo a resposta, às vezes negativa, há entre enviar e receber o retorno um grande espaço de tempo, em média, de quatro a seis meses ou mais.

B: A Academia de Letras nunca nos mandou uma carta... eles se acham muito poderosos para responder uma carta de um preso..., a Unirio me mandou, o departamento de documentação da Biblioteca Nacional me mandou, a Estácio de Sá.

É evidente, na leitura do trecho acima, que para receber algumas informações de determinados órgãos, o indivíduo que a solicita deve ser, necessariamente, alguém dotado de autoridade, pois caso contrário é simplesmente ignorado. O sujeito de nossa pesquisa possui uma determinada autoridade, entretanto, ela não é aceita fora dos portões da penitenciária.

Ainda a respeito das correspondências é preciso dizer que há censura. Este controle é um meio de inibir a ação dos detentos e invadir-lhes a intimidade na tentativa de romper com a sua identidade, pois tudo em sua vida, desde o ingresso nesta instituição “total”, será vigiado, controlado.

Mesmo sofrendo censuras e sendo pouco correspondido, o atendente possui um vasto círculo de “amigos” fora da unidade que o auxiliam na aquisição de acervo bem como de informações para a realização de um trabalho de cunho monográfico que está desenvolvendo.

Conclusão

Ao término deste texto, evidenciou-se novamente a importância da leitura, e, ficou ainda mais evidente que sem a atuação de um mediador a leitura pode não existir em determinados lugares. E se a leitura não está e não faz parte de todos os ambientes não é possível falar em democratização da leitura ou qualquer outra coisa do gênero. Assim, segundo Petit (1999):

Para democratizar la lectura no hay recetas mágicas. Sólo una atención personal a los niños, a los adolescentes, a las mujeres, a los hombres. Una determinación. Una exigencia. Imaginación. Un trabajo a largo plazo, paciente, a menudo ingrato, en

la medida en que es poco medible, poco 'visible' en los medios, y donde casi siempre los profesionales no tienen 'retroalimentación' de lo que hacen, a menos que una investigadora pase allí y estudie precisamente ese impacto. (Petit, 1999, p. 17)

E para que haja verdadeiramente uma democratização da leitura há que, sobretudo, investir nos mediadores de leitura, os quais se empenham em realizar um trabalho de promoção da leitura. Quando nos referimos aos atendentes/bibliotecários, queremos aí incluir todos, formados ou não, e que atuam nas bibliotecas públicas, municipais, escolares (públicas e particulares), de bairro e até mesmo aos que se encontram em estado especial, como o atendente da biblioteca da Penitenciária Estadual de Maringá. Pois só investindo nessas pessoas é que será possível falar em democratização da leitura, uma vez que através dela será possível alcançar um número maior de leitores e com o tempo, formar novos leitores.

Quanto ao trabalho do atendente da biblioteca, podemos assinalar que mesmo limitado aos muros da instituição penal, que mesmo rejeitado por alguns detentos, que mesmo sob os olhos dos agentes ele tem conseguido promover a leitura no interior da unidade utilizando-se de recursos que podem ser encarados como “menores”, ou seja, organização, seleção e indicação de títulos, mas que na unidade são fundamentais e únicos.

Em relação ao atendente, talvez, não tenha ficado

claro, mas, nosso objetivo, neste artigo, não foi o de acentuar a sua atuação como incentivador de leituras; ao contrário, nosso interesse estava em demonstrar o quão valioso é a função do mediador e, sobretudo, quando o encontramos no interior de instituições “totais”.

Agradecimentos

À professora Prof^a Dr^a Silvia Inês C. C. Vasconcelos, pela atenção, colaboração e auxílio.

Referências

- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 25. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.
- FOUCAULT, M. A governamentalidade *In*: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. cap. XVII, p. 277-293.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974 (Coleção Debates).
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. (Coleção: Oficinas da História, vol. 12).
- PETIT, M. El papel de los mediadores. *In*: *Educación y biblioteca 105 LII, Distintos acercamientos*. Barcelona: Editorial Molino, 1999. p.5-19,

Received on February 24, 2003.

Accepted on June 30, 2004.